



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na 7ª Vara da Fazenda Pública da  
Comarca de Fortaleza/CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 44/2017/CGJCE**

**Juizes Corregedores Auxiliares:**

**Dr. Roberto Soares Bulcão Coutinho  
Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior  
Dr. Flávio Vinícius Bastos de Sousa  
Dr. Henrique Lacerda de Vasconcelos**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DE FORTALEZA/CE**

**RELATÓRIO**

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Em cumprimento à Portaria nº 44/2017 (DJe, de 22/06/2017), desta Corregedoria Geral da Justiça, que instituiu o cronograma de Inspeções Judiciais nos meses de julho e agosto/2017, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** realizada na **7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA**, no período compreendido entre os dias **21 e 22 de agosto**, pelos Juízes Corregedores Auxiliares Dr. Roberto Bulcão Soares Coutinho, Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior, Dr. Henrique Lacerda de Vasconcelos e Dr. Flávio Vinícius Bastos de Sousa, sob a supervisão do Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará.

**ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

A 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, de entrância final, integra o complexo do Fórum Clóvis Beviláqua, o qual se encontra situado na Rua Desembargador Floriano Benevides, 220, Água Fria, nesta Capital, estando edificado em local de fácil acesso aos jurisdicionados.

## METODOLOGIA

No dia 21 (vinte e um) de agosto de 2017, às 9h30min, no Fórum Clóvis Beviláqua, onde se achavam presentes o Excelentíssimo Des. Francisco Darival Beserra Primo, Corregedor Geral da Justiça, Dr. Roberto Bulcão Soares Coutinho, Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior, Dr. Henrique Lacerda de Vasconcelos e Dr. Flávio Vinícius Bastos de Sousa, Juízes Corregedores Auxiliares, bem como o Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio, Juiz Diretor do Fórum, e Dr. Carlos Augusto Gomes Correia, Juiz Titular da 7ª Vara da Fazenda Pública, e demais servidores da referida unidade judiciária, teve início a inspeção judicial, nos termos da Portaria 44/2017 – CGJCE (DJe, de 22/06/2017).

Ao iniciar as atividades, o Des. Corregedor Geral informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização. Consoante a Portaria 44/2017, a realização desta Inspeção Judicial teve como objetivo a averiguação de eventual prática de atos em desacordo com as normas vigentes, mormente com os comandos insertos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, analisando as ações em andamento em meio virtual, nos termos do art. 72, parágrafo único do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.

A avaliação do Módulo foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo: processos analisados na inspeção anterior desta CGJ; cartas precatórias; mandados de segurança; Ações Cíveis Públicas; processos incluídos nas Metas de 2017 do CNJ; demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte ou interessado, feitos conclusos há mais de cem dias; conclusos para sentenças, conclusos para despacho, conclusos para designação de audiência e conclusos aguardando realização de audiências.

## JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pelo Dr. **CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA** que, consoante registro em ficha funcional, tomou posse na Magistratura estadual em 31.03.1992, no cargo de Juiz Substituto da Vara Única da Comarca de Groaíras; em 23.12.1993 ascendeu por antiguidade para a 1ª Vara da Comarca de Aquiraz; foi promovido por merecimento em 23.12.1993 para a 1ª Vara da Comarca de Quixadá, aonde adquiriu a vitaliciedade em 04.04.1994 e, em 01.03.1996, ascendeu por merecimento para a 7ª Vara da Fazenda Pública da

Comarca de Fortaleza, aonde permanece até a presente data.

## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Dr. **CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA**, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, incluindo suas responsabilidades e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 05/2015 A 06/2017 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1055	6	726	14	4786

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 (vinte e quatro) meses de exercício jurisdicional, o Juiz apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 05/2015 A 06/2017 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
43,95	0,25	30,25	0,58	199,41

À frente da Unidade inspecionada, o Magistrado obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA, DE 05/2015 A 06/2017 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1034	6	616	13	4390

Junto à 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, o Magistrado apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA, DE 05/2015 A 06/2017 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES	ACORDOS	DESPACHOS



		INTERLOCUTÓRIAS		
4308	0,25	25,66	0,54	182,91

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados informados pela Unidade no Formulário de Identificação da Vara, a Dra. **LIDUÍNA MARIA ALBUQUERQUE LEITE** atua como representante titular do Ministério Público da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, desde 21 de setembro de 2006.

## DEFENSORIA PÚBLICA

A Unidade tem como representante titular da Defensoria Pública da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, a Dra. **TICIANA PINHEIRO CAVALCANTE**, desde 28 de junho de 2011.

## SECRETARIA DA VARA

De acordo com as informações apresentadas pela vara em 01.02.2017 a esta Corregedoria, a unidade era constituída por 02 (dois) servidores efetivos do Poder Judiciário, 01 (um) cargo comissionado, 01 (um) terceirizado cedido da PGM e 02 (dois) estagiários do TJCE, conforme discriminado abaixo:

Nome	Matrícula
Danilo Brito dos Santos	5086
Fábio Gomes de Lima	5536
Maurício Magalhães Martins de Pinho	12015
Diego Osterno Fernandes dos Santos	500000
Lilian Maria Almeida de Azevedo	23283
Helton Cleber de Carvalho Pereira	24209

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de junho de 2017, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar	2
--	---

mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	0
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
<b>TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE</b>	<b>5</b>
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	7

## EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Para fins comparativos, foram analisados os dados extraídos do Sistema de Automação da Justiça – SAJ 1º Grau e do SGEC referentes ao mês de junho de 2017.

Conforme relatório gerencial extraído do Sistema de Automação da Justiça – SAJ 1º Grau, tramitavam na 7ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza, em meio virtual, 5.713 (cinco mil setecentos e treze) processos.

Em relação aos dados constantes do SGEC, os quais são informados mensalmente pela Unidade, foi apontada a existência de acervo na ordem de 5.141 (cinco mil cento e quarenta e um) feitos e 43 (quarenta e três) cartas precatórias.

Verificou-se, então, uma disparidade entre os dados apresentados nos mencionados sistemas, motivo pelo qual recomenda-se **à Secretaria que mantenha vigilância permanente para que haja compatibilidade dos quantitativos consignados nos dois sistemas (SAJ e SGEC), bem como nas informações estatísticas do CNJ.**

Toante à abordagem feita por esta Corregedoria-Geral da Justiça, no mês de agosto de 2017, impende consignar o seguinte:

I - Tomando por base os fluxos de trabalho do SAJ, o relatório gerencial apontou a existência de 1.484 (mil quatrocentos e oitenta e quatro) processos conclusos para despacho, 855 (oitocentos e cinquenta e cinco) conclusos para decisão interlocutória e 1.850 (mil oitocentos e

cinquenta) conclusos para sentença. **Recomenda-se a movimentação dessas demandas pelo Magistrado, principalmente daquelas com prazo excedido;**

II - Dos processos em andamento na Secretaria, 1.703 (mil setecentos e treze) estavam sem movimentação há mais de 365 dias, enquanto 732 (setecentos e trinta e dois) registravam tramitação estagnada há mais de 180 dias e 512 (quinhentos e doze) há mais de 100 dias;

III – Registrou-se, ainda, que havia 46 (quarenta e seis) processos no fluxo de conclusos/ato inicial;

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, constatou-se que:

## 1. PROCESSOS ANALISADOS POR AMOSTRAGEM

Foram escolhidos por amostragem processos analisados na inspeção anterior desta CGJ; as cartas precatórias; os mandados de segurança; as ações civis públicas e as de improbidade administrativa; os processos inclusos nas Metas de 2017 do CNJ; as demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte ou interessado, feitos conclusos há mais de cem dias; os conclusos para sentenças, designação de audiência e aguardando realização de audiências.

### I - CONCLUSO PARA DESPACHO

FEITOS COM ALVARÁ EXPEDIDO EM 2015		
#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	0280060-34.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Sistema acusa processo arquivado definitivamente. Ocorre que o feito encontra-se na fila de concluso para despacho. Providenciar a correção.
2	0032165-51.2006.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 12 de novembro de 2015, fls. 35.
3	0061237-20.2005.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 12 de novembro de 2015, fls. 35. Último despacho judicial ocorrido em 19 de setembro de 2005, fls. 510.
4	0037896-18.2012.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 29 de julho de 2013, fls. 108/112, quando os autos foram com vistas ao MP, que deu parecer no sentido de não possuir interesse de atuar no feito.
5	0116756-91.2016.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 20 de junho de 2017, fls. 284.
6	0732186-93.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 9 de dezembro de 2014, fls. 416, quando certificou-se remessa dos autos por declinação de competência.
7	0157785-29.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 22 de abril de 2014, fls. 45.
8	0030749-38.2012.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 1º de dezembro de 2016, fls. 150.

9	0785641-70.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 27 de julho de 2015, fls. 533, quando certificou-se remessa dos autos por declinação de competência.
10	0006344-45.2006.8.06.0001	Visto em inspeção.
11	0030783-31.2003.8.06.0001	Visto em inspeção. Sistema acusa processo arquivado definitivamente. Ocorre que o feito encontra-se na fila de concluso para despacho. Além do que, há petição aguardando análise judicial. Ao magistrado para impulso oficial.
12	0378249-95.2010.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito autuado em 26 de maio de 2010, sem que até a presente data tenha recebido qualquer despacho judicial. Ao magistrado para impulso oficial.
13	0023269-77.2010.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito autuado em 18 de maio de 2010, sem que até a presente data tenha recebido qualquer despacho judicial. Ao magistrado para impulso oficial.
14	0140092-90.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Sistema acusa processo arquivado definitivamente. Ocorre que o feito encontra-se na fila de concluso para despacho. Além do que, há pedido para remessa urgente dos autos ao TJCE. Ao magistrado para impulso oficial.
15	0757242-31.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 9 de dezembro de 2010, fls. 41.
16	0760747-30.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 13 de julho de 2011, fls. 131.

## II - PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇAS.

#	PROCESSO NÚMERO	DESPACHO
1	0027790-41.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Mandado de segurança, c/c pedido liminar, ajuizado em maio de 2005. Liminar deferida. Informações do remédio constitucional, prestadas em agosto de 2006. Feito concluso desde agosto de 2006. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
2	0029119-88.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reintegração em cargo público, c/c pagamentos de salários, ajuizada em abril de 2005. Processo contestado em agosto de 2006. Feito concluso e paralisado desde abril de 2010. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
3	0622032-08.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória, c/c pedido de devolução de valores e antecipação de tutela, ajuizada em agosto de 2002. Processo contestado em outubro de 2002 e não replicado. Parecer Ministerial em agosto de 2010, opinando pela restituição dos valores ao autor. Ação paralisada. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
4	0074092-31.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de obrigação de fazer, ajuizada em outubro de 2005. Processo contestado em agosto de 2006 e não replicado. Parecer Ministerial sem manifestação sobre o mérito. Feito paralisado desde março de 2010. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
5	0722759-72.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária, c/c pedido de antecipação de tutela, ajuizada em outubro de 2003. Processo contestado em janeiro de 2010 e replicado em fevereiro de 2010. Feito concluso desde abril de 2010. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
6	0795570-30.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Mandado de segurança, c/c pedido de medida liminar, ajuizado em agosto de 2004. Liminar deferida. Informações do remédio constitucional prestadas em novembro de 2004. Parecer ministerial, opinando pela concessão do pleito autoral. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
7	0357818-89.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação previdenciária de concessão de pensão por morte, c/c pedido de tutela antecipada, ajuizada em novembro de 2004. Feito contestado em junho de 2005 e replicado em agosto de 2006. Parecer ministerial sem manifestação do mérito. Processo paralisado desde março 2010. Ao Juiz da Vara, para impulsionar a demanda.
8	0795095-74.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária, c/c pedido de antecipação de tutela, ajuizada em agosto de 2004. Feito contestado em fevereiro de 2006 e não replicado. Processo concluso desde março de 2010. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
9	0726659-63.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária de aposentadoria especial, ajuizada em outubro de 2003. Feito contestado em maio de 2005 e replicado em outubro do mesmo ano. Demanda paralisada desde abril de 2006. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
10	0041212-49.2006.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo prioritário – IDOSO. Ação de ordinária, c/c pedido de antecipação de tutela, ajuizada em junho de 2006. Feito contestado em dezembro de 2007 e replicado em novembro de 2010. Processo paralisado desde janeiro de 2014.

		Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
11	0030775-70.2011.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária de pagamento de gratificação de risco de vida, ajuizada em janeiro de 2011. Feito contestado em agosto de 2011 e replicado em novembro do mesmo ano. Parecer ministerial em fevereiro de 2012, não apresentando manifestação sobre o mérito. Processo paralisado. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.

### III - PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

#	PROCESSO NÚMERO	DESPACHO
1	0898182-55.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos materiais decorrentes de acidentes de trânsito, ajuizada em outubro de 2014. Audiência designada para o dia 3/12/2014, e não realizada por falta de expediente, conforme fls.87. Sem designação de nova data. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
2	0032406-15.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação indenização por danos morais e patrimoniais, ajuizada em junho 2012. Processo contestado em novembro de 2012 e replicado em fevereiro em 2013. Nenhuma audiência designada e realizada. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
3	0033554-56.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção. Carta precatória protocolada na Vara em 31/3/2015. Finalidade de inquirição de testemunha. Audiência ainda não designada. Processo paralisado desde abril de 2015. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
4	0128241-98.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos, ajuizada em dezembro de 2010. Feito contestado em maio de 2010 e replicado em julho de 2012. Nenhuma audiência realizada. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
5	0137546-96.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos materiais, ajuizada em abril de 2016. Nenhuma audiência realizada. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
6	0120170-63.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária de cobrança de fazer, c/c indenização por danos morais, ajuizada em março de 2017. Feito não instruído. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.
7	0164506-31.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação reparação de danos morais e materiais, ajuizada em setembro de 2011. Feito contestado em setembro de 2012 e não replicado. Nenhuma audiência realizada. Ao Juiz da Vara, para impulsionar o feito.

### IV - PROCESSOS AGUADANDO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

#	PROCESSO NÚMERO	DESPACHO
1	0085508-54.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, em agosto de 2009. Demanda não contestada. Audiência de conciliação designada para o dia 30/8/2017, às 15hs, conforme despacho de fls. 110/111. Aguardando a realização do feito.
2	0120897-66.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública, c/c obrigação de fazer e pedido de julgamento antecipado da lide, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, em agosto de 2010. Demanda contestada em janeiro de 2011 e não replicada. Audiência de conciliação designada para o dia 18/10/2017, às 15hs, conforme despacho de fls. 352/353. Aguardando a realização do feito.
3	0125047-90.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública, c/c obrigação de fazer e pedido de julgamento antecipado da lide, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, em outubro de 2010. Demanda contestada em abril de 2011 e replicada em março de 2012. Audiência de conciliação designada para o dia 4/10/2017, às 15h, conforme despacho de fls. 104/106. Aguardando a realização do feito.
4	0165308-63.2011.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública, c/c obrigação de fazer e pedido de julgamento antecipado da lide, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, em setembro de 2011. Demanda contestada em abril de 2012 e replicado em julho do mesmo ano. Audiência de conciliação designada para o dia 3/10/2017, às 15h, conforme despacho de fls. 173/174. Aguardando a realização do feito.
5	0680039-70.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos materiais e morais, ajuizada em fevereiro de 2012. Demanda contestada em maio de 2012 e replicado em agosto de

		2013. Audiência de conciliação designada para o dia 13/9/2017, às 15h, conforme despacho de fl. 64. Aguardando a realização do feito.
6	0144906-24.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de indenização por danos morais e materiais, ajuizada em maio de 2012. Demanda contestada em agosto de 2012 e replicado em julho de 2013. Audiência de inquirição das testemunhas, designada para o dia 27/9/2017, às 15hs, conforme despacho de fl. 50. Aguardando a realização do feito.
7	0882314-37.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública, c/c obrigação de fazer e pedido de julgamento antecipado da lide, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, em agosto de 2014. Demanda contestada em novembro de 2014 e replicado em julho de 2015. Audiência de conciliação designada para o dia 11/10/2017, às 15hs, conforme despacho de fls. 73/74. Aguardando a realização do feito.
8	0884458-81.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em agosto de 2014. Demanda contestada em dezembro de 2014 e replicado em junho de 2015. Audiência de inquirição das testemunhas, designada para o dia 6/9/2017, às 15hs, conforme despacho de fl. 168. Aguardando a realização do feito.
9	0146527-17.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação indenizatória, ajuizada em julho de 2016. Demanda não contestada. Audiência de conciliação designada para o dia 10/1/2018, às 15hs, conforme despacho de fls. 73/74. Aguardando a realização do feito.
10	0155573-30.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos morais e materiais, ajuizada em abril de 2016. Demanda não contestada. Audiência de conciliação designada para o dia 20/9/2018, às 15hs, conforme despacho de fl. 76. Aguardando a realização do feito
11	0159030-70.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária, c/c pedido de indenização por danos morais e materiais, ajuizada em agosto de 2016. Demanda não contestada. Audiência de conciliação designada para o dia 25/10/2018, às 15hs, conforme despacho de fl. 72. Aguardando a realização do feito.
12	0118864-59.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária com peido de indenização por danos morais e materiais, ajuizada em fevereiro de 2017. Demanda não contestada. Audiência de conciliação designada para o dia 10/10/2018, às 15hs, conforme despacho de fl. 28. Aguardando a realização do feito
13	0111622-49.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos materiais, ajuizada em março de 2017. Demanda não contestada. Audiência de conciliação designada para o dia 24/10/2017, às 15hs, conforme despacho de fl. 74. Aguardando a realização do feito

## V – PROCESSOS ANALISADOS NA INSPEÇÃO ANTERIOR:

1	0846893-83.2014.8.06.0001	Visto em inspeção. Ação de desapropriação distribuída em 20.03.2014. Analisada na inspeção realizada pela CGJ em 01.10.2014, quando ainda não havia despacho inicial. Em 23.02.2015, foi proferida decisão interlocutória, na qual foi determinada a imissão na posse em favor da requerente. Foi apresentada contestação em 18.06.2015, os autos encontram-se conclusos para despacho desde 26.04.2016. Ao magistrado para providenciar imediato impulso oficial, devendo comunicar à CGJ em 30 (trinta) dias.
2	0852559-65.2014.8.06.0001	Visto em inspeção.
3	0031158-14.2012.8.06.0001	Visto em inspeção. Ação de Usucapião. Analisada na inspeção realizada pela CGJ em 01.10.2014, quando ainda não havia despacho inicial. Em 08.01.2015 foi proferido o primeiro despacho, encontrando-se os autos sem movimentação desde então. Ao magistrado da vara para providenciar imediato impulso oficial, devendo informar à CGJ em 30 dias.
4	0041366-04.2005.8.06.0001	Visto em inspeção. Processo despachado em inspeção interna no dia 22.05.2017, determinando a realização de expedientes com urgência, porém sem ainda ter sido atendido. À Secretaria para imediato cumprimento do despacho de fl. 168.
5	0044518-55.2008.8.06.0001	Visto em inspeção. Processo despachado em inspeção interna no dia 22.05.2017, determinando a realização de expedientes com urgência, porém sem ainda ter sido atendido. À Secretaria para imediato cumprimento do despacho de fl. 193.
6	0680665-89.2012.8.06.0001	Visto em inspeção. Processo despachado na última inspeção realizada pela CGJ em 01.10.2014, ocasião na qual determinou-se o que o feito fosse impulsionado, tendo em vista que se encontrava paralisado desde 2013. O magistrado da vara somente proferiu novo despacho em 27.07.2017. À secretaria acompanhar o decorrer do prazo

		estipulado no despacho de fl. 5982, fazendo a sua conclusão ao final do lapso temporal.
7	0198662-11.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Processo despachado na última inspeção realizada pela CGJ em 01.10.2014, ocasião na qual determinou-se o que o feito fosse impulsionado, tendo em vista que se encontrava paralisado desde 2013. O magistrado da vara somente proferiu novo despacho em 11.07.2017, determinando a intimação do MP, que se manifestou em 01.08.2017. Ao magistrado para imediato impulso oficial.
8	0025429-80.2007.8.06.0001	Visto em inspeção.
9	0614950-23.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Processo julgado em 27.07.2017. reexame necessário analisado pelo TJCE em 10.05.2016 e devolvido à 1ª instância em 03.08.2016, encontrando-se os autos conclusos desde então. Ao magistrado para imediato impulso oficial.

## VI – CARTAS PRECATÓRIAS

#	Processo	Movimentação
1	0010117-15.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinada a expedição de ofício ao juízo deprecante solicitando cópia integral da petição inicial. Ofício expedido em 26 de janeiro de 2017, com o envio em 02 de fevereiro de 2017. Resposta apresentada. À conclusão, tendo em vista o disposto às fls. 6/12.
2	0011294-14.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinada a expedição de ofício ao juízo deprecante solicitando cópia integral da petição inicial. Ofício expedido em 7 de fevereiro de 2017, com o envio em 08 de fevereiro de 2017. A Secretaria para reiterar o expediente de fls. 6.
3	0016207-39.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 15 de março de 2017. Certidão remetendo os autos ao juízo de origem, em razão da data de audiência se encontrar ultrapassada. Não há notícias da movimentação supracitada. Cumpra-se o certificado à fl. 12.
4	0017277-91.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinada a expedição de ofício ao juízo deprecante solicitando cópia integral da petição inicial em 28 de março de 2017. Ofício expedido em 29 de março de 2017, com o envio em 05 de abril de 2017. À Secretaria para reiterar o expediente de fls. 4.
5	0018139-96.2016.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento da carta precatória em 29 de fevereiro de 2016. Certidão de não cumprimento do requestado, devido à ausência de decisão mencionada na peça exordial. Determinada a expedição de ofício ao juízo deprecante para que junte o documento supracitado. Ofício elaborado em 27 de janeiro de 2017, com o respectivo envio em 1º de fevereiro de 2017. À Secretaria para reiterar o expediente de fls. 12.
6	0018146-54.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 31 de março de 2017. Audiência designada para o dia 17 de julho de 2017. Certidão do oficial de justiça noticiando a ausência de intimação de uma parte. À conclusão tendo em vista certidão de fl. 24.
7	0023653-93.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 24 de maio de 2017. Intimação realizada conforme certidão de 1º de junho de 2017. À Secretaria para cumprir integralmente o despacho de fl. 5.
8	0025003-19.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 30 de maio de 2017. Mandado cumprimento conforme certidão de fl. 41. Comprovante de envio de malote em 1º de agosto de 2017. Providenciar a respectiva baixa no acervo.
9	0026630-58.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 12 de junho de 2017. Diversas certidões do Oficial de Justiça noticiando a impossibilidade de cumprimento das intimações determinadas. À conclusão tendo em vista certidões de fls. 15/32.
10	0026699-90.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 9 de junho de 2017. Mandado cumprido conforme certidão de fl. 13. À Secretaria para cumprir integralmente o despacho de fl. 10.
11	0027490-59.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 22 de junho de 2017. Mandado cumprido conforme certidão de fl. 56. Envio da carta precatória à Comarca de Origem em 3 de agosto de 2017. Providenciar a respectiva baixa no acervo.
12	0027507-95.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 13 de junho de 2017. Mandado cumprido conforme certidão de fl. 45. Envio da carta precatória à Comarca de Origem em 1º de agosto de 2017. Providenciar a respectiva baixa no acervo.

13	0027514-87.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 22 de junho de 2017. Mandado cumprido conforme certidão de fl. 16. Envio da carta precatória à Comarca de Origem em 1º de agosto de 2017. Providenciar a respectiva baixa no acervo.
14	0027838-77.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 23 de junho de 2017. Mandado cumprido conforme certidão de fl. 66. Envio da carta precatória à Comarca de Origem em 2 de agosto de 2017. Providenciar a respectiva baixa no acervo.
15	0027871-67.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Determinado o cumprimento em 23 de junho de 2017. Mandado cumprido conforme certidão de fl. 22. Envio da carta precatória à Comarca de Origem em 8 de agosto de 2017. Providenciar a respectiva baixa no acervo.

## VII - PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	0378628-85.2000.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de habilitação à percepção de pensão <i>post mortem</i> ajuizada em 21 de maio de 1998. Determinada a remessa dos autos à Contadoria do Fórum em 9 de junho de 2016. Cálculos apresentados em 18 de abril de 2017. Providenciar imediato impulso oficial.
2	0213358-81.2015.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária ajuizada em 7 de dezembro de 2015. Determinada a vista ao Ministério Público em 4 de julho de 2016. Parecer apresentado em 19 de julho de 2016. Providenciar imediato impulso oficial.
3	0122125-03.2015.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Embargos à Execução ajuizado em 13 de janeiro de 2015. Processo recentemente despachado em 16 de agosto de 2017, remetendo os autos à Contadoria do Fórum.
4	0006200-66.2009.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Embargos à Execução ajuizado em 19 de janeiro de 2009. Último despacho prolatado em 16 de dezembro de 2014. Providenciar imediato impulso oficial.
5	0007562-40.2008.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária ajuizada em 9 de dezembro de 2008. Decisão interlocutória em 18 de dezembro de 2008. Vistas ao Ministério Público em 15 de abril de 2009. Parecer acostado em 7 de junho de 2010. Providenciar imediato impulso oficial.
6	0020179-32.2008.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária ajuizada em 4 de novembro de 2008. Determinada a abertura de vista ao Ministério Público em 22 de fevereiro de 2017. Parecer acostado aos autos em 18 de março de 2017. Providenciar imediato impulso oficial.
7	0086753-37.2008.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de desapropriação ajuizada em 26 de dezembro de 2007. Determinada a intimação das partes, em 3 de maio de 2016, para apresentar manifestação acerca de laudo pericial. Após, despacho em 25 de outubro de 2016 determinando a expedição de ofício à 4ª Vara de Sucessões em 25 de outubro de 2016. Providenciar imediato impulso oficial.
8	0072273-20.2009.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Medida Cautelar Preparatória ajuizada em 9 de julho de 2009. Parecer do ente ministerial apresentado em 27 de janeiro de 2017. Providenciar imediato impulso oficial.
9	0174349-83.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança ajuizado em 1 de julho de 2013. Pedido liminar ainda não apreciado. Providenciar imediato impulso oficial.
10	0165530-60.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária ajuizada em 27 de maio de 2013. Processo despachado em 19 de agosto de 2013 abrindo vistas ao Ministério Público. Parecer acostado aos autos em 27 de novembro de 2013. Providenciar imediato impulso oficial.
11	0167947-83.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Cautelar de Exibição de Documentos protocolada em 30 de abril de 2013. Decisão interlocutória prolatada em 12 de setembro de 2013. Providenciar o devido impulso oficial.
12	0146064-17.2012.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Pedido de Expedição de Ofício ajuizado em 18 de maio de 2012. Processo despachado em 11 de janeiro de 2017, abrindo vistas ao Ministério Público. Parecer apresentado em 25 de janeiro de 2017. Providenciar o imediato impulso oficial.
13	0156167-49.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação reivindicatória ajuizada em 15 de abril de 2013. Determinada a intimação das partes para informarem se ainda pretendem produzir novas provas em 29 de maio de 2016. Certidão de decurso de prazo em 25 de agosto de 2016. Providenciar o devido impulso oficial.



14	0181252-37.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação cautelar de produção antecipada de provas ajuizada em 24 de julho de 2013. Determinada a intimação das partes para se manifestarem acerca de proposta de honorários do perito em 26 de novembro de 2013. Providenciar imediato impulso oficial.
15	0482240-53.2011.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de usucapião ajuizada em 9 de junho de 2011. Anunciado o julgamento antecipado da lide em 27 de novembro de 2014. Providenciar o devido impulso oficial.

## VIII - ESTATUTO DO IDOSO

Na abertura da inspeção, foi verificado que na unidade judiciária há 82 processos em andamento com a tramitação prioritária com base no Estatuto do Idoso. Constatou-se a seguinte quantidade de processos conclusos nas diversas filas do SAJ que estavam identificados com a etiqueta verde, referente a processos envolvendo pessoa idosa: 01 processo para despacho inicial; 15 processos na fila de conclusos para despacho; 04 processos na fila de conclusos para decisão; 28 processos conclusos para sentença; 01 processo concluso na fila de urgente; 03 processos conclusos na fila de Cumprimento de Sentença; 02 processos conclusos na fila de Recursos; 01 processo na fila de Embargos de Declaração.

No geral, as ações envolvendo idosos têm recebido tramitação prioritária, pois a maioria dos processos aparenta ter trâmite normal, sendo constatado que muitas vezes o pedido de liminar é apreciado no mesmo dia do ajuizamento da ação, principalmente nos casos envolvendo pedidos de fornecimento de medicamentos ou de internação.

Contudo, observou-se que em outros casos o magistrado geralmente reserva-se à apreciação do pedido de liminar, constante na petição inicial, para após a formação do contraditório, o que não ocorre efetivamente, mesmo após passados vários anos da apresentação da contestação.

Foi o que se observou no processo nº 0118215-75.2009.8.06.0001, uma ação de despejo com pedido de liminar ajuizada em 2009, assim como no processo nº 0152804-54.2013.8.06.0001, uma ação de Indenização com pedido de tutela antecipada ajuizado em 2013, ambas sem a apreciação do pedido de liminar apresentado na petição inicial até a presente data.

A mesma situação foi constatada ao analisarmos o processo nº 0852423-68.2014.8.06.0001, um mandado de segurança ajuizado em 15/04/2014, que está concluso para sentença desde 19/10/2016, sendo que o pedido de liminar constante na exordial ainda não foi apreciado, mesmo com as informações da autoridade coatora tendo sido apresentadas em

11/06/2014, há mais de três anos. Situação idêntica ao do Mandado de Segurança autuado sob o número 0140844-38.2012.8.06.0001, o qual foi ajuizado em 03/05/2012 e até hoje não teve o pedido de liminar apreciado, estando o feito conclusivo para sentença desde 20/01/2016.

Também destacamos o processo nº 0086947-37.2008.8.06.0001, uma ação de cobrança ajuizada em 07/01/2008 que está conclusiva para sentença desde 28/09/2010, há quase sete anos.

Também ressaltamos que alguns processos envolvendo pessoas idosas também se enquadram na META 02 do CNJ, porém o feito não se encontra com a etiqueta de identificação de processo das metas do CNJ, como no caso dos processos nº 0140295-91.2013.8.06.0001, 0140844-38.2012.8.06.0001, 0121293-43.2010.8.06.0001 e 0041813-45.2012.8.06.0001, razão por que se recomenda que a Secretaria providencie a correta identificação destes processos no SAJ para que recebam tramitação prioritária.

#### Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	0895651-93.2014.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 02/10/2014. Liminar concedida em 02/10/2014, determinando o fornecimento de medicamentos pelo Estado do Ceará. Processo paralisado desde 09/03/2016, após o pedido de fls. 84/91, que noticia o descumprimento da liminar concedida às fls. 36/38. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
2	0132490-48.2017.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 09/05/2017. Liminar concedida em 10/05/2017, determinando o fornecimento de medicamentos pelo Estado do Ceará. Processo conclusivo desde 10/08/2017, após ser certificado o decurso do prazo para a parte autora se manifestar acerca do ofício de fl. 41. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
3	0152804-54.2013.8.06.0001	Ação de Indenização com pedido de tutela antecipada ajuizado em 05/04/2013. Decisão de fl. 46, proferida em 11/04/2013, reservando-se à apreciação do pedido de liminar para depois da formação do contraditório. Contestação ofertada em 17/07/2013, sendo que até a presente data o pedido de liminar não foi apreciado. Processo conclusivo desde 06/02/2017, após ser certificado o decurso do prazo para as partes se manifestarem acerca das provas a serem produzidas. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
4	0118215-75.2009.8.06.0001	Ação de Despejo com pedido de tutela antecipada ajuizado em 29/10/2009. Decisão de fl. 87, proferida em 15/04/2010, reservando-se à apreciação do pedido de liminar para depois da formação do contraditório. Contestação ofertada às fls. 92/154, sendo que até a presente data o pedido de liminar não foi apreciado. Processo conclusivo desde 09/08/2017, após ser certificado o decurso do prazo para as partes se manifestarem acerca do laudo pericial. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
5	0852939-88.2014.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 16/04/2014. Liminar concedida em 22/04/2014, determinando o fornecimento de medicamentos pelo Estado do Ceará. Processo conclusivo para sentença desde 21/05/2015. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
6	0853353-86.2014.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 22/04/2014.

		Liminar concedida em 22/04/2014, determinando o fornecimento de medicamentos pelo Estado do Ceará. Processo concluso para sentença desde 02/12/2015. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
7	0143179-25.2015.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 27/03/2015. Liminar concedida em 27/03/2015, determinando o fornecimento de medicamentos pelo Estado do Ceará. Processo concluso para sentença desde 18/02/2016. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
8	0167008-35.2015.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 22/06/2015. Liminar concedida em 22/06/2015, determinando o Estado do Ceará providencie a realização de cirurgia. Processo concluso para sentença desde 09/06/2016. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
9	0168308-95.2016.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizado em 12/09/2016. Liminar concedida em 30/09/2016, determinando o Município de Fortaleza forneça cadeira de rodas e cama hospitalar para a requerente. Processo concluso para sentença desde 21/01/2017. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
10	0852423-68.2014.8.06.0001	Mandado de Segurança com pedido de liminar ajuizado em 15/04/2014. Despacho de fl. 195, proferido em 22/04/2014, reservando-se à apreciação do pedido de liminar para depois da apresentação das informações. A autoridade coatora apresentou informações em 11/06/2014, sendo que até a presente data o pedido de liminar não foi apreciado. Processo concluso para sentença desde 19/10/2016. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
11	0086947-37.2008.8.06.0001	Ação de cobrança ajuizado em 07/01/2008. Processo concluso para sentença desde 28/09/2010, após a apresentação do parecer ministerial de fls. 145/149. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa e por se enquadrar na META 2 do CNJ.
12	0037895-33.2012.8.06.0001	Ação de Cobrança com pedido de liminar ajuizado em 05/10/2012. Decisão de fl. 21, proferido em 01/02/2013, reservando-se à apreciação do pedido de liminar para depois da apresentação das informações. Contestação apresentada em 30/04/2013, sendo que até a presente data o pedido de liminar não foi apreciado. Processo concluso para sentença desde 12/02/2014. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
13	0140295-91.2013.8.06.0001	Ação Declaratória c/c Revisional de Proventos com pedido de tutela antecipada ajuizada em 13/02/2013. Decisão de fl. 66, proferido em 16/04/2013, reservando-se à apreciação do pedido de liminar para depois da apresentação das informações. Contestação apresentada em 16/07/2013, sendo que até a presente data o pedido de liminar não foi apreciado. Processo concluso para sentença desde 26/02/2014. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa e por se enquadrar na META 2 do CNJ.
14	0140844-38.2012.8.06.0001	Mandado de Segurança com pedido de liminar ajuizado em 03/05/2012. Despacho de fl. 23, proferido em 04/10/2012, reservando-se à apreciação do pedido de liminar para depois da apresentação das informações. A autoridade coatora apresentou informações em 09/11/2012, sendo que até a presente data o pedido de liminar não foi apreciado. Processo concluso para sentença desde 20/01/2016. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa e por se enquadrar na META 2 do CNJ.
15	0145768-92.2012.8.06.0001	Ação de obrigação de fazer julgada em 08/11/2016. Após a prolação da sentença, apenas foram providenciadas as intimações do advogado da parte autora e do Ministério Público, não havendo informação acerca da intimação do ente estatal requerido. À Secretaria para providenciar, imediatamente, os expedientes decorrentes da sentença, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa. Também deve-se providenciar o imediato impulso oficial do processo em apenso, que trata dos embargos de declaração, cujo feito está concluso para decisão desde 01/06/2017.
16	0341866-70.2000.8.06.0001	Processo paralisado desde 20/09/2011, após a certidão de decurso de prazo de fl. 188, estando concluso para despacho desde então. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa. A Secretaria também deve providenciar o desarquivamento do feito no SAJ, uma vez que o processo continua tramitando em fase de cumprimento de sentença.

17	0172362-80.2011.8.06.0001	Ação Ordinária de Reparação por Danos Materiais ajuizada em 17/10/2011. Processo concluso para despacho desde 08/12/2015 (fl. 94), após a manifestação das partes acerca das provas a serem produzidas. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa e por se enquadrar na META 2 do CNJ.
18	0121293-43.2010.8.06.0001	Ação Ordinária ajuizada em 16/09/2010. Processo concluso para despacho desde 11/04/2016, após a apresentação do parecer ministerial de fls. 83/84. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa e por se enquadrar na META 2 do CNJ.
19	0876059-63.2014.8.06.0001	Processo concluso para despacho desde 09/12/2016, após a certidão de decurso de prazo de fl. 173. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa.
20	0041813-45.2012.8.06.0001	Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada ajuizada em 31/10/2012. Liminar concedida em 06/11/2012, determinando o fornecimento de medicamentos pelo Estado do Ceará. Processo concluso para despacho desde 09/12/2016, após a apresentação da petição de fl. 180. Providenciar imediato impulso oficial, uma vez que se trata de processo com prioridade, por ser o autor pessoa idosa e por se enquadrar na META 2 do CNJ.

## IX - MANDADO DE SEGURANÇA

1	0009920-80.2005.8.06.0001 0149386112013	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para despacho”, paralisado desde 2007, com determinação oriunda do Tribunal de Justiça para fins de impulso. Providenciar andamento urgente, com comunicação à CGJ, em 30 dias.
2	0000160-06.2010.8.06.0075	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para sentença”, paralisado desde 2012. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
3	0001346-34.2006.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para sentença”, paralisado desde 2013. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
4	0002040-69.2007.8.06.0000	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para sentença” e “concluso para despacho”, paralisado desde janeiro de 2016. Destaco que o último despacho foi proferido no dia 18.09.2008, com petição intermediária do dia 14.10.2009, com movimentação por ato ordinatório no dia 25.06.2015, ou seja, feito ficou estagnado por QUASE SEIS ANOS. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
5	0004861-72.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para sentença”, paralisado desde fevereiro de 2014. Destaco que o último despacho foi proferido no dia 27.03.2012, com movimentação por ato ordinatório no dia 30.09.2013. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
6	0006286-89.2012.8.06.0176	Vistos em inspeção.
7	0006871-55.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção.
8	0007512-48.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para sentença”, paralisado desde março de 2009 (mais de SEIS ANOS). Destaco que o último despacho foi proferido no dia 08.02.2007, com movimentação por ato ordinatório no dia 29.09.2008. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
9	0007574-59.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo julgado.
10	0007981-60.2008.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo julgado.
11	0008093-29.2008.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para despacho”, paralisado desde agosto de 2016. Destaco que o despacho inicial foi proferido no dia 20.01.2009, informações apresentadas no dia 17.02.2009, ficando sem movimentação por MAIS DE SEIS ANOS. Providenciar impulso, com comunicação à CGJ, no prazo de 30 dias.
12	0008426-10.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo julgado.

13	0008979-62.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo com parecer recente do Ministério Público, mas que ficou paralisado por mais de OITO ANOS. Decisão concedendo liminar no dia 20.03.2007 e despacho seguinte somente no dia 12.06.2017. Providenciar impulso, com comunicação à CGJ, no prazo de 30 dias.
14	0009920-80.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para despacho”, paralisado desde 01.10.2007. Destaco que o último despacho foi proferido no dia 21.08.2016. Providenciar impulso, com comunicação à CGJ, no prazo de 30 dias.
15	0010999-26.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo recebido em 20.12.2008, por declínio de competência, nunca tendo recebido movimentação na unidade, figurando na fila de “conclusos para sentença”. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
16	0011518-64.2008.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo em fila de “concluso para sentença”, paralisado desde junho de 2010 (mais de SETE ANOS). Destaco que o última decisão foi proferida no dia 21.01.2010, por juiz em respondência. Indicar existência de fila cronológica para julgamento ou providenciar o impulso do feito, com julgamento ou inclusão em fila e previsão de prolação de sentença, no prazo de 30 dias.
17	0011776-45.2006.8.06.0001	Vistos em inspeção

## X – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1	0006911-42.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção.
2	0007773-77.2010.8.06.0075	Vistos em inspeção. Processo que ficou paralisado por tempo demasiado, por mais de QUATRO ANOS, quando recebeu determinação via CGJ de impulso, isso em 23.10.2014, sendo despachado somente em 12.07.2017, quase TRÊS ANOS depois. Processo consta como ARQUIVADO, mas não há decisão determinando o arquivamento. Impulsionar o feito e justificar o motivo de constar como arquivado, em, 30 dias.
3	0025421-35.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo paralisado desde 2011, recebendo despacho em inspeção pela CGJ em 23.10.2014, determinando o impulso, mas não houve qualquer movimentação. Processo consta como ARQUIVADO, mas não existe sentença de extinção, e houve manifestação de interesse por parte do Município de Fortaleza. Impulsionar o feito e justificar o motivo de constar como arquivado, em, 30 dias.
4	0037289-78.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção.
5	0039213-27.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo que ficou paralisado desde junho de 2007, com determinação de impulso em 23.10.2014, sendo proferido despacho no dia 12.07.2017, com posterior extinção, por falta de interesse, quando o autor (Ministério Público) alega a demora na tramitação como causa da perda do objeto (fl. 113).
6	0039395-47.2006.8.06.0001	Vistos em inspeção.
7	0063506-61.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo que ficou paralisado desde novembro de 2012, com determinação de impulso em 23.10.2014, SEM QUALQUER DESPACHO OU DECISÃO POSTERIOR. Impulsionar o feito, comunicando à CGJ, em, 30 dias.
8	0063989-23.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção.

## XI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1	0149386-11.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção.
2	0181721-15.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção.
3	0847792-81.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo com determinação de impulso em 23.10.2014, sendo proferido despacho somente no dia 12.07.2017.
4	0871720-61.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Processo com determinação de impulso em 23.10.2014, sendo proferido despacho somente no dia 27.07.2017.

## 2. AUDIÊNCIAS

No período compreendido entre maio de 2015 e junho de 2017, de acordo com a movimentação processual do magistrado, retirado do sistema SGEN, foram realizadas 6 (seis) audiências pelo Magistrado na Unidade.

## **CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ**

### **Metas Nacionais do Judiciário:**

1. Relativo à **META 2 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013), verificou-se um total de 3.070 (três mil e setenta) processos pendentes em julho/2017 (relatório em anexo). Recomenda-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à **META 4 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014), verificou-se a existência de 11 (onze) processos pendentes em julho/2017 (relatório em anexo). Recomenda-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à **META 6 de 2017** (identificar e julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau), verificou-se a existência de 45 (quarenta e cinco) processos pendente em julho/2017 (relatório em anexo). Recomenda-se a movimentação destas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores;

5. A Unidade informou que o Magistrado está cadastrado nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD;

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos

portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça;

7. A Unidade utiliza o **MALOTE DIGITAL**;

8. O Magistrado participou de curso de capacitação em Administração Judiciária;

9. Já se encontra implantado na Unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011).

10. A Vara alcançou a **Meta 1 do CNJ**, referente ao período compreendido entre os meses de agosto de 2015 a julho de 2017, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, conforme discriminado no quadro abaixo:

SEC. 7ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	Ano	Distribuidos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot.Julgados	Julgados %
SEC. 7ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	2015	142	216	152.11	228	0	0	228	160.56
SEC. 7ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	2016	438	773	176.48	350	0	0	350	79.91
SEC. 7ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	2017	211	318	150.71	298	0	0	298	141.23
		<b>791</b>	<b>1307</b>	<b>165.23</b>	<b>876</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>876</b>	<b>110.75</b>

## RECLAMAÇÕES

No curso da Inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho do Magistrado no módulo.

## RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, recomenda-se, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2017, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que

os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º grau);

2. As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE), as que figuram como partes crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, deverão ser identificadas e continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, nos termos do Provimento nº 04/2016/CGJCE (DJe 23/08/16), que dispõe sobre a prioridade na tramitação de processos;

3. No que se refere aos processos conclusos, no geral, os feitos encontravam-se aguardando ato judicial há um lapso de tempo considerável, destacando-se aqueles pendentes da Meta 2/2017 do CNJ, devendo a unidade regularizar a situação daqueles paralisados com prazo excessivo;

4. Foi constatada a ausência de identificação, por meio de tarjas no sistema, nos processos nos quais figuram idosos como parte, a qual deverá ser providenciada;

5. Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados (quadros acima);

6. Sejam imediatamente designadas as audiências necessárias ao andamento e prosseguimento das demandas atrasadas e constantes dos quadros acima.

## CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Em análise comparativa realizada entre os dados estatísticos do Magistrado Titular da 7ª Vara da Fazenda Pública com os de outras varas da mesma natureza, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados de seus titulares, verificou-se discrepância entre os dados apresentados, como demonstrado nos quadros abaixo:



<b>7ª Vara da Fazenda Pública – Dr. Carlos Augusto Gomes Correia</b>					
	<b>Sentenças</b>	<b>Audiências</b>	<b>Decisões interlocutórias</b>	<b>Acordos</b>	<b>Despachos</b>
<b>Como Titular</b>	1034	6	616	13	4390
<b>Em respondência</b>	21	0	110	1	396
<b>Total</b>	1055	6	726	14	4786

<b>9ª Vara da Fazenda Pública – Dra. Joriza Magalhães Pinheiro</b>					
	<b>Sentenças</b>	<b>Audiências</b>	<b>Decisões interlocutórias</b>	<b>Acordos</b>	<b>Despachos</b>
<b>Como Titular</b>	1756	103	1664	7	6673
<b>Como auxiliar</b>	4	1	22	0	39
<b>Em respondência</b>	13	0	51	0	188
<b>Total</b>	1773	104	1737	7	6900

<b>10ª Vara da Fazenda Pública – Francisco Eduardo Torquato Scorsafava</b>					
	<b>Sentenças</b>	<b>Audiências</b>	<b>Decisões interlocutórias</b>	<b>Acordos</b>	<b>Despachos</b>
<b>Como Titular</b>	1514	102	1999	09	6053
<b>Como Auxiliar</b>	0	0	1	1	0
<b>Em respondência</b>	384	0	293	1	2053
<b>Total</b>	1898	102	2293	10	8106

A análise dos quadros parece indicar baixa produtividade, sobretudo porque o magistrado titular está na Unidade há mais de 21 anos (desde 01.03.1996), também porque existem diversos processos com prazos excedidos de forma injustificada para deliberação judicial, ocasionando prejuízos para as partes litigantes que recorrem à justiça, com a finalidade precípua de ter uma prestação jurisdicional de forma célere e efetiva.

Destacam-se dentre eles:

<b>NÚMERO DO PROCESSO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
0037896-18.2012.8.06.0001	Feito paralisado desde 29 de julho de 2013
0732186-93.2000.8.06.0001	Feito paralisado desde 9 de dezembro de 2014
0157785-29.2013.8.06.0001	Feito paralisado desde 22 de abril de 2014.
0378249-95.2010.8.06.0001	Feito paralisado desde 26 de maio de 2010.
0023269-77.2010.8.06.0001	Feito paralisado desde 18 de maio de 2010

0757242-31.2000.8.06.0001	Feito paralisado desde 9 de dezembro de 2010.
0760747-30.2000.8.06.0001	Feito paralisado desde 13 de julho de 2011.
0007562-40.2008.8.06.0001	Feito paralisado desde 7 de junho de 2010
0165530-60.2013.8.06.0001	Feito paralisado desde 27 de novembro de 2013.
0181252-37.2013.8.06.0001	Feito paralisado desde m 26 de novembro de 2013.

Existem processos conclusos para sentença por tempo excessivo, até MAIS DE DEZ ANOS, conforme demonstrativo:

<b>NÚMERO DO PROCESSO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
0029119-88.2005.8.06.0001	Feito concluso e paralisado desde abril de 2010.
0622032-08.2000.8.06.0001	Ação paralisada desde 2010.
0027790-41.2005.8.06.0001	Feito concluso desde agosto de 2006. Ao Juiz da Vara.
0074092-31.2005.8.06.0001	Feito paralisado desde março de 2010.
0722759-72.2000.8.06.0001	Feito concluso desde abril de 2010.
0357818-89.2000.8.06.0001	Processo paralisado desde março 2010.
0795095-74.2000.8.06.0001	Processo concluso desde março de 2010.
0726659-63.2000.8.06.0001	Demanda paralisada desde abril de 2006.
0041212-49.2006.8.06.0001	Processo paralisado desde janeiro de 2014.
0030775-70.2011.8.06.0001	Processo paralisado desde fevereiro de 2012

Constata-se, ainda, apesar da pequena quantidade de audiências realizadas (6 em 2 anos), que existem processos pendentes de designação de audiência e paralisados:

<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
0898182-55.2014.8.06.0001	Audiência designada para o dia 3/12/2014, e não realizada por falta de expediente, conforme fls.87. Sem designação de nova data.
0032406-15.2012.8.06.0001	Processo paralisado desde 2013 e nenhuma audiência designada e realizada.
0033554-56.2015.8.06.0001	Carta precatória protocolada na Vara em 31/3/2015. Finalidade de inquirição de testemunha. Audiência ainda não designada. Processo paralisado desde abril de 2015.
0128241-98.2010.8.06.0001	Ação ajuizada em dezembro de 2010, paralisado desde 2012, nenhuma audiência realizada.
0137546-96.2016.8.06.0001	Ação, ajuizada em abril de 2016. Nenhuma audiência realizada.
0164506-31.2012.8.06.0001	Processo paralisado desde 2012, nenhuma audiência realizada.

Não se justifica, a princípio, o evidente atraso na tramitação das ações de todas as naturezas, com muitos processos aguardando a designação de audiências e o julgamento, há bastante tempo. Entretanto é essencial considerar que a Unidade alcançou a **Meta 1 do CNJ**, referente ao período compreendido entre os meses de agosto de 2015 a julho de 2017, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos.

A par disso entendemos que, mesmo considerando as dificuldades enfrentadas pelos magistrados em suas unidades, os quais sofrem com o grande volume de processos, com a carência de recursos materiais e humanos e com fluxo crescente de feitos, tais fatores não os eximem da obrigação de praticar os atos processuais possíveis nos processos ali existentes e com razoável celeridade.

É cediço que a Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXVII, prevê que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Destarte, todo Magistrado tem o dever de fornecer a prestação jurisdicional com eficiência, que pressupõe a celeridade processual e a tramitação jurisdicional em prazo razoável.

Pelo que restou apurado, dos prazos em que os processos encontram-se parados à espera de impulso judicial, pode estar havendo um flagrante desrespeito ao princípio constitucional da razoável duração do processo.

Dito isto, **entende-se** ser pertinente que o Juiz de Direito titular da 7ª Vara da Fazenda Pública, **Dr. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA**, seja instado a cumprir, no prazo de 60 dias, todas as recomendações feitas neste relatório, bem como para adotar medidas visando melhorar sua produtividade e solucionar a morosidade processual da sua Unidade, sob pena de proposição, por parte de Vossa Excelência, da instauração de procedimento disciplinar, para apurar possível desvio funcional do Magistrado do Módulo inspecionado, por descumprimento aos deveres impostos aos Judicantes nos incisos I, II e III, do art. 35, da LOMAM, e no inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal.

No caso de Vossa Excelência acolher o entendimento exposto acima, **sugere-se** que a contagem do prazo mencionado comece a correr da data da efetiva notificação do Juiz de

Direito Titular da Vara inspecionada, devendo o mesmo ser cientificado de que deverá comprovar, até o final do dito prazo, perante este Órgão Censor, o cumprimento das recomendações e a adoção das medidas tomadas para melhorar sua prestação jurisdicional.

Cumpridas as medidas ordenadas por Vossa Excelência, **sugere-se** o encaminhamento deste relatório e anexos ao Conselho Superior da Magistratura.

Caso contrário, **sugere-se** a extração de cópia dos autos e a proposição de abertura do procedimento administrativo disciplinar em desfavor do Magistrado **Dr. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA**, pelos fatos constatados acima, bem como a remessa, para análise do Conselho Superior da Magistratura, do presente relatório de inspeção.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 11 de outubro de 2017.

**ROBERTO SOARES BULCÃO COUTINHO**  
Juiz Corregedor Auxiliar

**ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR**  
Juiz Corregedor Auxiliar

**FLÁVIO VINÍCIUS BASTOS DE SOUSA**  
Juiz Corregedor Auxiliar

**HENRIQUE LACERDA DE VASCONCELOS**  
Juiz Corregedor Auxiliar